

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Energética Santa Helena S.A.
Nova Andradina - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Energética Santa Helena S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Santa Helena S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Energética Santa Helena S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia mantém transações de montantes relevantes com partes relacionadas, realizadas em condições específicas previamente estabelecidas entre as partes. A posição financeira e o desempenho resultantes dessas operações refletem os termos pactuados pela Administração da Companhia e pelas respectivas partes relacionadas nas negociações realizadas. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Valores comparativos correspondentes

As informações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por outros auditores, que emitiram relatório datado em 07 de fevereiro de 2025, no qual concluíram que não tinham conhecimento de fatos que indicassem que tais informações não estavam apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma aplicável.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

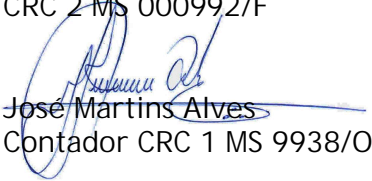


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 24 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992/F


José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025		2024	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.365	15.630		
Aplicações financeiras	5	107.674	162.952		
Contas a receber	6	9.263	8.640		
Estoques	7	96.063	74.251		
Ativos biológicos	8	93.832	91.711		
Adiantamentos	9	4.761	3.380		
Impostos e contribuições a recuperar	10	12.370	17.874		
Outros créditos		371	308		
		<u>338.699</u>	<u>374.746</u>		
Não circulante					
Contas a receber	6	14	-		
Depósitos judiciais	19	1.246	1.826		
Partes relacionadas	11	1.706	1.706		
Impostos e contribuições a recuperar	10	62.075	55.615		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12a	79.367	59.790		
Investimentos		570	566		
Direito de uso	13a	320.224	287.218		
Imobilizado	14	648.135	585.431		
Intangível		264	114		
		<u>1.113.601</u>	<u>992.266</u>		
Total do ativo		<u>1.452.300</u>	<u>1.367.012</u>		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	15	39.616	46.729		
Empréstimos e financiamentos	16	29.747	27.824		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	19.832	17.033		
Obrigações tributárias	18	9.495	12.242		
Arrendamentos a pagar	13b	32.024	36.239		
Dividendos a pagar	20d	15.000	-		
Outras contas a pagar		584	1.093		
		<u>146.298</u>	<u>141.160</u>		
Não circulante					
Fornecedores	15	4.428	9.041		
Empréstimos e financiamentos	16	327.701	308.371		
Obrigações tributárias	18	7.814	14.285		
Arrendamentos a pagar	13b	274.573	236.676		
Dividendos a pagar	20d	50.822	-		
Partes relacionadas	11	41.424	30.606		
Provisão para contingências	19	43.328	42.335		
Outras contas a pagar		2.152	2.282		
		<u>752.242</u>	<u>643.596</u>		
Patrimônio líquido					
Capital social	20a	112.784	112.784		
Reservas de lucros	20b	434.522	462.202		
Ajuste de avaliação patrimonial	20c	6.454	7.270		
		<u>553.760</u>	<u>582.256</u>		
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.452.300</u>	<u>1.367.012</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	21	532.386	487.948
Varição do valor justo de ativo biológico	8	(11.433)	(56.065)
Custo dos produtos vendidos	22	(326.944)	(311.785)
Lucro bruto		194.009	120.098
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(37.573)	(25.709)
Despesas administrativas e gerais	24	(32.985)	(44.976)
Despesas com pessoal	25	(25.574)	(23.325)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	11.482	26.547
		(84.650)	(67.463)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		109.359	52.635
Resultado financeiro líquido	27	(91.610)	(59.374)
Lucro líquido antes dos impostos		17.749	(6.739)
Imposto de renda e contribuição social Diferido líquido	12c	19.577	42.500
Lucro líquido do período		37.326	35.761
Lucro por ação no final do exercício em R\$	20a	2,14	2,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do período	37.326	35.761
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>37.326</u>	<u>35.761</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	112.784	22.557	337.231	140.162	8.101	-	620.835
Distribuição de lucros	-	-	-	(74.340)	-	-	(74.340)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(831)	831	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.761	35.761
Destinação para reserva de incentivos fiscais	-	-	36.592	-	-	(36.592)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	112.784	22.557	373.823	65.822	7.270	-	582.256
Distribuição de lucros	-	-	-	(65.822)	-	-	(65.822)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(816)	816	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.326	37.326
Destinação para reserva de incentivos fiscais	-	-	38.142	-	-	(38.142)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	112.784	22.557	411.965	-	6.454	-	553.760

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		37.326	35.761
Ajustes por:			
Perdas com créditos esperadas	6	(701)	134
Provisão para contingências	19	993	4.605
Depreciação	14c	22.152	16.742
Depreciação lavoura de cana-de-açúcar	14d	62.863	61.835
Amortização intangível		63	86
Amortização do direito de uso	13a	32.770	27.421
Baixa do imobilizado	14	8.765	1.517
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	8	11.433	56.065
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	8	82.836	70.337
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12c	(19.577)	(42.500)
Realização do ajuste a valor presente e outros		53.868	44.824
Juros provisionados	16	59.225	36.379
(Aumento)/redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		64	(3.559)
Estoques		(21.812)	(12.077)
Adiantamentos		(1.381)	7.740
Impostos e contribuições a recuperar		(956)	(1.690)
Outros créditos		(63)	(84)
Depósitos judiciais		580	(106)
(Redução)/aumento nos passivos operacionais			
Fornecedores		(11.726)	22.155
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.799	(3.213)
Obrigações tributárias		(9.218)	(8.693)
Partes relacionadas, líquidas		10.818	977
Outras contas a pagar		(639)	244
Caixa gerado pelas atividades operacionais		320.482	314.900
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(56.912)	(29.385)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		263.570	285.515
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		55.278	69.554
Aquisição de ativos biológicos	8	(96.390)	(82.836)
Investimentos		(4)	(155)
Imobilizado	14	(156.484)	(267.697)
Intangível		(213)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(197.813)	(281.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos	16	40.000	160.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(21.060)	(1.756)
Arrendamentos e parcerias agrícolas pagos	13	(85.962)	(75.569)
Distribuição de lucros		-	(74.340)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(67.022)	8.335
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.265)	12.716
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		14.365	15.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.630	2.914
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.265)	12.716

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Energética Santa Helena S.A. (“Companhia”) é uma Companhia familiar consolidada no setor de Açúcar & Alcool, com mais de três décadas de atuação no estado de Mato Grosso do Sul. Ao longo de sua trajetória, a Companhia tem se destacado pela solidez de suas operações e pelo compromisso com a eficiência produtiva e a sustentabilidade do setor sucroenergético.

A atividade da Companhia abrange a compra, o cultivo, a colheita e o processamento da cana-de-açúcar, visando a produção do Etanol Anidro e Hidratado, e do Açúcar VHP.

Com aproximadamente 50 mil hectares de terras arrendadas destinadas ao cultivo da matéria-prima, a Companhia conta com uma estrutura agrícola e logística altamente eficiente, permitindo a mecanização integral de suas operações de colheita.

Atualmente a Companhia tem a capacidade de processar aproximadamente 2,3 milhões de toneladas de cana de açúcar, das quais aproximadamente 95% são provenientes de sua própria produção, um índice significativamente superior aos padrões da indústria, refletindo sua estratégia de controle operacional e maximização da produtividade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 24 de fevereiro de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa, como nos casos do valor justo do ativo biológico mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício/ período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- Notas Explicativas n^{os} 6 e 9 - Perdas com créditos esperadas - PCE;
- Nota Explicativa n^o 8 - Ativos biológicos;
- Nota Explicativa n^o 12 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos;
- Nota Explicativa n^o 13 - Mensuração do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;
- Nota Explicativa n^o 14 - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa n^o 19 - Provisão para contingências.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

c.1. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48/ IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Companhia possui são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras, contas a receber e partes relacionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Companhia classifica as aplicações financeiras.

(iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu seu controle.

c.2. Passivos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, arrendamentos e parcerias a pagar, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Companhia possui são classificados na categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As Perdas com Créditos Esperadas - PCE são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A cana de açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzido nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora) que serão utilizadas como matéria-prima na produção de etanol. A Companhia mantém eucalipto no ativo biológico, o qual foi mensurado a custo.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar é transferida para o custo de produção pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi baseado no método de fluxo de caixa futuro descontado.

O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital, que foi de 11,07% a.a.

g. Imobilizado

g.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, e ajustado por reavaliação de bens das contas de edificações, instalações e máquinas e equipamentos, com base no laudo de peritos independentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

g.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de janeiro. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados e reconhecidos no resultado como despesa, devido ao curtíssimo período de parada para manutenção.

g.3. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

- Edificações: 60 anos;
- Instalações: 20 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 20 anos;
- Veículos: 10 anos; e
- Tratores e implementos agrícolas: 10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de softwares, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada de cinco anos.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base em laudo de Companhia especializada contratada, não foi constatado evidências para o reconhecimento de perdas em função da não recuperação dos referidos ativos. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram determinados pelo valor justo líquido de despesa de venda.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

k. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/fatura correspondente.

l. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de parcerias que não foram pagas na data de transição, descontados usando uma taxa de empréstimo incremental, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde aproximadamente a 16,78% a.a.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida, como é o caso dos contratos agrícolas, onde a Companhia detém a prerrogativa de renovação por um número preestabelecido de safras nos termos do contrato.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado por meio do valor presente desse fluxo de caixa.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base no lucro real tributável às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apresentadas: perdas com créditos esperadas, ajuste a valor justo do ativo biológico, ajuste de avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, contingências, arrendamentos e parcerias agrícolas; e base de cálculo negativa e prejuízo fiscal, estando apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O valor contábil do ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

o. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

p. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) - Subvenção e assistência governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

q. Reconhecimento de receitas

q.1 Venda de produtos - Etanol e Açúcar

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, quando os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, quando não há envolvimento contínuo com os bens vendidos e quando o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e caso o valor possa ser mensurado, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

q.2 Demais produtos

A receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

r. Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com companhia ligada e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

s. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

t. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados tampouco divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

v. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

w.1 Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;

- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

w.2 Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

w.3 Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

Apesar de a Companhia não ser supervisionada pela CVM por não possuir capital aberto, procedeu com o reconhecimento e o registro dos CBIOs, conforme disposto na Nota Explicativa nº 7.

x. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026;

- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

y. Impactos da reforma tributária

y.1 Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

y.2 Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	2.604	3.733
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.761	11.897
	<u>14.365</u>	<u>15.630</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes investimentos financeiros referem-se à aplicação de resgate automático com rendimentos de 5% a 125% do CDI.

5. Aplicações financeiras

	2025	2024
Fundos de investimentos	94.569	146.400
Renda fixa	12.563	14.281
Outros	542	2.271
	<u>107.674</u>	<u>162.952</u>

As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias praticadas no mercado financeiro, que variam entre 80% e 150% do CDI.

6. Contas a receber

	2025	2024
Clientes - mercado interno	6.533	6.369
Clientes - mercado externo	2.744	2.972
(-) Perdas com créditos esperadas - PCE (i)	-	(701)
	<u>9.277</u>	<u>8.640</u>
Circulante	9.263	8.640
Não circulante	14	-
	<u>9.277</u>	<u>8.640</u>

(i) As perdas com créditos esperadas (PCE) foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com clientes na data de 31 de dezembro de 2025 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

Idade do saldo (*aging list*)

	2025	2024
Vincendos		
Até 30 dias	7.528	4.954
De 31 a 180 dias	833	2.559
De 181 até 360 dias	44	25
Acima de 360 dias	14	-
	<u>8.419</u>	<u>7.538</u>
Vencidos		
Até 30 dias	845	952
De 31 a 180 dias	13	150
Acima de 360 dias	-	701
	<u>858</u>	<u>1.803</u>
	<u>9.277</u>	<u>9.341</u>

7. Estoques

	2025	2024
Produtos acabados	76.754	55.745
Almoxarifado	17.996	18.494
Crédito de descarbonização (CBIO) (i)	1.301	-
Produtos em poder de terceiros	12	12
	<u>96.063</u>	<u>74.251</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, existiam 42.270 CBIO's escriturados e registrados a valor realizável líquido.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol;
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	2025	2024
Área estimada de colheita (hectares)	35.670	30.246
Produtividade prevista (ton./ha)	71,99	71,99
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (Kg)	135,00	134,00
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,10	1,18
Taxa de desconto	11,07%	10,07%

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na Rubrica de "Ativos Biológicos" e tem como contrapartida a Subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na Rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do período.

A movimentação dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	2025	2024
Saldos iniciais		
Custo histórico	83.964	71.465
Valor justo	7.747	63.812
	91.711	135.277
Movimentação		
Aumento decorrente de tratos cana	96.390	82.836
Mudança no valor justo	(11.433)	(56.065)
Redução decorrente de colheita	(82.836)	(70.337)
Saldos finais de ativos biológicos	93.832	91.711
Composto por		
Custo histórico cana	96.390	82.836
Custo histórico eucalipto	1.128	1.128
Valor justo	(3.686)	7.747
Saldos finais de ativos biológicos	93.832	91.711

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

9. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores diversos	3.741	1.641
Adiantamento de salários	1.505	1.370
Adiantamento de férias	411	1.268
Adiantamento de despesas de viagens	6	3
(-) Perdas com créditos esperadas - PCE (i)	(902)	(902)
	<u>4.761</u>	<u>3.380</u>

- (i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos adiantamentos. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com adiantamentos.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
ICMS (i)	34.835	35.873
PIS/COFINS (ii)	32.280	32.318
IRPJ/CSLL	354	354
IRPJ - saldo negativo	-	2.425
Outros	6.976	2.519
	<u>74.445</u>	<u>73.489</u>
Circulante	12.370	17.874
Não circulante	62.075	55.615
	<u>74.445</u>	<u>73.489</u>

- (i) O saldo de crédito de ICMS resulta principalmente em razão da concentração de vendas de etanol em operações com incidência de crédito presumido. A realização do crédito irá ocorrer por meio de abatimento do ICMS devido em outras operações e transferência de crédito para outras Companhias;
- (ii) O saldo de créditos de PIS/COFINS é resultante principalmente das aquisições de máquinas e equipamentos destinados a construção da Fábrica de Açúcar e Armazém de Açúcar. A Companhia estima que a realização dos créditos irá ocorrer no longo prazo por meio de compensação com débitos de PIS/COFINS incidentes nas operações de venda.

11. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado
	2025	2024	2025	2024	2025
Bartolomeu Miranda Coutinho (i)	750	750	-	-	-
Alexandre de Albuquerque Melo Coutinho (i)	926	926	-	-	-
Nova Mucuri Participações S/A (ii)	-	-	31.603	30.606	(1.610)
Santa Fe Açúcar e Alcool Ltda. (ii)	30	30	-	-	-
Rosa Maria Maçães Coutinho (i)	-	-	9.821	-	-
	<u>1.706</u>	<u>1.706</u>	<u>41.424</u>	<u>30.606</u>	<u>(1.610)</u>

- (i) Empréstimos financeiros, não há incidência de juros remuneratórios;
- (ii) Contrato de conta corrente, na qual é atualizado pelo índice previsto no plano de credores.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla Direção da Companhia, totalizou R\$ 3.914 (R\$ 5.146 em 31 de dezembro de 2024) registrados no grupo de despesas com pessoal e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

- a) O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram atribuídos da seguinte maneira

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias e base negativa e prejuízo fiscal		
Perdas com créditos esperadas - PCE	307	545
Valor justo do ativo biológico	1.253	-
Provisão para contingências	14.732	14.394
Base negativa e prejuízo fiscal	<u>66.400</u>	<u>51.230</u>
	82.692	66.169
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias		
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado	(3.325)	(3.745)
Valor justo do ativo biológico	-	(2.634)
	<u>(3.325)</u>	<u>(6.379)</u>
Saldo líquido	<u><u>79.367</u></u>	<u><u>59.790</u></u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, base negativa e prejuízos fiscais.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

- b) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresentou base de cálculo tributável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

- c) Os efeitos do imposto de renda e a contribuição social diferidos no resultado do exercício, foram:

	2025	2024
Perdas com créditos esperadas - PCE	(238)	307
Provisão para contingências	338	1.566
Valor justo do ativo biológico	3.887	19.062
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado	420	428
Base negativa e prejuízo fiscal	15.170	21.137
	<u>19.577</u>	<u>42.500</u>

13. Direito de uso e arrendamentos e parcerias a pagar

A movimentação do direito de uso do ativo e dos arrendamentos a pagar estão demonstrados a seguir:

- a) Direito de uso

	Arrendamento agrícola	Parcerias agrícolas	Total ativo de direito de uso
Saldo em 1º de janeiro de 2024	76.209	132.088	208.297
Amortização	(10.806)	(16.615)	(27.421)
Adições	64.050	50.183	114.233
Remensurações (i)	(3.124)	(4.767)	(7.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>126.329</u>	<u>160.889</u>	<u>287.218</u>
Custo total	182.959	269.861	452.820
Amortização acumulada	<u>(56.630)</u>	<u>(108.972)</u>	<u>(165.602)</u>
Valor residual	<u>126.329</u>	<u>160.889</u>	<u>287.218</u>
Amortização	(13.393)	(19.377)	(32.770)
Adições	24.995	31.719	56.714
Remensurações (i)	9.318	(257)	9.061
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>147.249</u>	<u>172.975</u>	<u>320.224</u>
Custo total	217.272	301.324	518.596
Amortização acumulada	<u>(70.023)</u>	<u>(128.349)</u>	<u>(198.372)</u>
Valor residual	<u>147.249</u>	<u>172.975</u>	<u>320.224</u>
Vida útil (anos)	<u>1 a 12</u>	<u>1 a 18</u>	

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

b) Arrendamentos e parcerias a pagar

	Compromissos de arrendamentos operacionais	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento operacional
Saldos em 1º de janeiro de 2024	412.974	(215.657)	197.317
Adições novos contratos	221.247	(107.014)	114.233
Baixas de adiantamentos	(3.324)	-	(3.324)
Pagamentos	(72.245)	-	(72.245)
Apropriação de encargos financeiros	-	25.554	25.554
Remensurações (i)	(53.377)	64.757	11.380
Saldos em 31 de dezembro de 2024	505.275	(232.360)	272.915
Adições novos contratos	109.616	(52.902)	56.714
Baixas de adiantamentos	676	-	676
Pagamentos	(86.638)	-	(86.638)
Apropriação de encargos financeiros	-	41.239	41.239
Remensurações (i)	36.335	(14.644)	21.691
Saldos em 31 de dezembro de 2025	565.264	(258.667)	306.597
Circulante			36.239
Não circulante			236.676
Saldos em 31 de dezembro de 2024			272.915
Circulante			32.024
Não circulante			274.573
Saldos em 31 de dezembro de 2025			306.597

(i) Substancialmente composto por atualização do índice de correção (CONSECANA) e contratos renegociados.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
De 1º de janeiro de 2027 a 30 de dezembro de 2027	35.596
De 1º de janeiro de 2028 a 30 de dezembro de 2028	35.315
De 1º de janeiro de 2029 a 30 de dezembro de 2029	33.382
De 1º de janeiro de 2030 a 30 de dezembro de 2030	35.809
De 1º de janeiro de 2031 a 30 de dezembro de 2031	37.645
De 1º de janeiro de 2032 a 30 de dezembro de 2032	27.768
A partir de 1º de janeiro de 2033	82.686
	288.201
Adiantamentos	(13.628)
	274.573

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP	Depreciação acumulada	2025	2024
				Líquido	Líquido
Terras	-	1.777	-	1.777	1.777
Edificações	De 1,67% a 6,25%	90.230	(10.864)	79.366	30.525
Instalações	De 1,67% a 20%	88.332	(16.556)	71.776	35.753
Máquinas e equipamentos	De 2,86% a 33,33%	191.720	(91.518)	100.202	42.821
Veículos	De 4% a 20%	87.956	(37.076)	50.880	44.175
Tratores e implementos agrícolas	De 6,67% a 12,50%	68.724	(26.760)	41.964	39.096
Móveis e utensílios	10%	2.776	(1.451)	1.325	985
Computadores e periféricos	20%	4.030	(2.729)	1.301	938
Equipamentos de comunicação	20%	1.286	(986)	300	422
Aeronaves	10%	25	(12)	13	16
Imobilizações em andamento	-	31.743	-	31.743	161.056
		568.599	(187.952)	380.647	357.564
Planta portadora d) Lavoura de cana		267.489	-	267.489	227.867
		836.087	(187.952)	648.135	585.431

Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, onde a depreciação é calculada pelo método linear.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados e gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Lavoura de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para produzir a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco cortes.

b) Movimentação do custo e ajustes de avaliação patrimonial - AAP

	2025				Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	40.591	-	(118)	49.757	90.230
Instalações	49.353	1.096	-	37.883	88.332
Máquinas e equipamentos	127.508	1.947	(138)	62.403	191.720
Veículos	77.731	12.883	(2.658)	-	87.956
Tratores e implementos agrícolas	65.736	10.038	(7.050)	-	68.724
Móveis e utensílios	2.282	154	(15)	355	2.776
Computadores e periféricos	3.303	374	(44)	397	4.030
Equipamentos de comunicação	1.297	-	(11)	-	1.286
Aeronaves	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento (i)	161.055	27.508	(5.812)	(151.008)	31.743
	<u>530.658</u>	<u>53.999</u>	<u>(15.847)</u>	<u>(213)</u>	<u>568.599</u>

(i) Composto substancialmente pelos investimentos realizados na construção da fábrica e armazém de açúcar.

	2024				Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	37.379	-	-	3.212	40.591
Instalações	43.675	148	-	5.530	49.353
Máquinas e equipamentos	120.838	1.102	(39)	5.607	127.508
Veículos	48.695	28.965	(766)	837	77.731
Tratores e implementos agrícolas	47.327	21.956	(4.084)	537	65.736
Móveis e utensílios	2.035	289	(80)	38	2.282
Computadores e periféricos	3.941	347	(994)	9	3.303
Equipamentos de comunicação	983	316	(2)	-	1.297
Aeronaves	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento	45.604	131.230	(9)	(15.770)	161.055
	<u>352.279</u>	<u>184.353</u>	<u>(5.974)</u>	<u>-</u>	<u>530.658</u>

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2025		2025	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(10.066)	(831)	33	(10.864)
Instalações	(13.600)	(2.956)	-	(16.556)
Máquinas e equipamentos	(84.687)	(6.953)	122	(91.518)
Veículos	(33.556)	(5.382)	1.862	(37.076)
Tratores e implementos agrícolas	(26.640)	(5.337)	5.217	(26.760)
Móveis e utensílios	(1.297)	(166)	12	(1.451)
Computadores e periféricos	(2.365)	(404)	40	(2.729)
Equipamentos de comunicação	(875)	(120)	9	(986)
Aeronaves	(9)	(3)	-	(12)
	<u>(173.095)</u>	<u>(22.152)</u>	<u>7.295</u>	<u>(187.952)</u>
	2024		2024	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(9.483)	(583)	-	(10.066)
Instalações	(11.624)	(1.976)	-	(13.600)
Máquinas e equipamentos	(79.433)	(5.278)	24	(84.687)
Veículos	(30.260)	(3.822)	526	(33.556)
Tratores e implementos agrícolas	(25.138)	(4.543)	3.041	(26.640)
Móveis e utensílios	(1.231)	(131)	65	(1.297)
Computadores e periféricos	(2.849)	(314)	798	(2.365)
Equipamentos de comunicação	(785)	(93)	3	(875)
Aeronaves	(7)	(2)	-	(9)
	<u>(160.810)</u>	<u>(16.742)</u>	<u>4.457</u>	<u>(173.095)</u>

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

d) Planta portadora

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2024	206.357
Depreciação do canavial	(61.835)
Adições	83.345
Saldo em 31 de dezembro de 2024	227.867
Depreciação do canavial	(62.863)
Adições	102.485
Saldo em 31 de dezembro de 2025	267.489

15. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais - cana	3.986	3.113
Fornecedores nacionais - diversos	40.058	52.657
	<u>44.044</u>	<u>55.770</u>
Circulante	39.616	46.729
Não circulante	4.428	9.041
	<u>44.044</u>	<u>55.770</u>

A Administração avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com clientes na data de 31 de dezembro de 2025 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

16. Empréstimos e financiamentos

Linhas de Crédito	Taxa a.a.	Indexador	2025	2024
Linhas do BNDES (i)	1,55% a 2,35%	+ CDI	118.258	117.943
Linhas do BNDES - PCA (j)	8,50%	-	25.434	-
Linhas do BNDES - FAT (i)	9,16%	+IPCA	15.384	-
CRA Sênior - CPR-F 1 (ii)	4,0%	+ CDI	42.544	63.706
CRA Subordinado - CPR-F 2 (iii)	10,0%	+ CDI	101.122	100.998
CRA CPR-F (iv)	100,0%	do CDI	48.130	47.362
Finame (v)	6,0%	+ TR	4.750	4.443
Capital de Giro (v)	6,0%	+ TR	1.826	1.743
			<u>357.448</u>	<u>336.195</u>
Circulante			29.747	27.824
Não circulante			<u>327.701</u>	<u>308.371</u>
			<u>357.448</u>	<u>336.195</u>

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Garantias:

- (i) Possuem garantias hipotecárias;
- (ii) Está garantido por cessão fiduciária de recebíveis e avalistas;
- (iii) Está garantido por avalistas;
- (iv) Cédula de produto rural financeira - Não conta com garantias reais e/ou fidejussórias;
- (v) A taxa para fins de cálculo de juros dos empréstimos e financiamentos está sendo considerada em conformidade com o plano de recuperação judicial. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, penhora rural, cessão fiduciária de direitos de crédito e hipoteca.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período:

	2025	2024
Saldo no início do período	336.195	170.957
Captações de empréstimos e financiamentos	40.000	160.000
Amortização de principal	(21.060)	(1.756)
Pagamento de juros	(56.912)	(29.385)
Provisão de juros	59.225	36.379
Saldo no final do período	<u>357.448</u>	<u>336.195</u>

Composição dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

Anos de vencimento	2025
2027	38.469
2028	84.415
2029	39.415
2030	39.415
2031	39.415
2032 em diante	86.572
	<u>327.701</u>

Obrigações contratuais (*covenants* financeiros)

Os contratos da modalidade CRA, possuem cláusulas de *covenants* financeiros, que devem ser apresentados ao final de cada trimestre:

Índice	Meta
(1) Razão (dívida líquida / EBITDA)	<= 1,50x
(2) Liquidez corrente	>= 1,50x
(3) Razão (dívida líquida / patrimônio líquido)	<= 0,50x
(4) Razão (EBITDA / despesa financeira líquida)	>= 2,50x
(5) Equivalente de caixa	>= R\$ 65.000

Em 31 de dezembro de 2025, todos os índices financeiros encontravam-se integralmente atendidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024
Honorários de diretoria	221	208
Salários a pagar	3.579	2.879
Autônomos	4	2
INSS folha de pagamento	683	628
INSS sobre comercialização	1.284	643
INSS retidos sobre serviços pessoa jurídica	78	152
Funrural	14	111
FGTS	580	542
Provisão de férias e encargos	7.997	6.872
Programa de participação no resultado	5.392	4.996
	<u>19.832</u>	<u>17.033</u>

18. Obrigações tributárias

	2025	2024
Impostos correntes		
IRRF	1.095	1.164
FADEFE - Fundo Apoio Desenv. Econ. Equil. Fiscal	91	65
Outros impostos correntes	691	453
	<u>1.877</u>	<u>1.682</u>
Parcelamentos		
Débitos previdenciários RFB - Lei 12.996/2014	6.143	7.218
Demais débitos RFB - Lei 12.996/2014	1.168	1.372
PERT - Lei 13.496/2017	4.728	6.948
Débitos previdenciários - Lei 12.865/2013	-	331
Débitos previdenciários PGFN - Cód. 1734	2.515	7.804
Débitos previdenciários - Funrural Cód. 1124	878	1.172
	<u>15.432</u>	<u>24.845</u>
	<u>17.309</u>	<u>26.527</u>
Circulante	9.495	12.242
Não circulante	7.814	14.285
	<u>17.309</u>	<u>26.527</u>

19. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas e cíveis, as quais estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.246 (R\$ 1.826 em 31 de dezembro de 2024). Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos e outros riscos decorrentes de interpretações controversas da legislação tributária, foi constituída provisão em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perdas nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias, a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e o conservadorismo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

As principais informações das contingências estão assim apresentadas:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis e ambientais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	-	37.730	37.730
Atualizações Baixas	-	-	5.586 (981)	5.586 (981)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	42.335	42.335
Atualizações Baixas	-	-	1.316 (323)	1.316 (323)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	43.328	43.328

Contingências passivas não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, mas não provável, sendo 14 ações trabalhistas no montante de R\$ 4.928 (43 ações trabalhistas no montante de R\$ 5.188 em 2024) e 6 ações cíveis e ambientais no montante de R\$ 923 (5 ações cíveis e ambientais no montante de R\$ 884 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 112.784, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 17.449.289 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas.

Lucro líquido por ação do capital social - R\$

Apurado com base no número médio ponderado de ações em circulação no exercício e com base no número de ações ao final do exercício social:

	2025	2024
Lucro líquido do período	37.326	35.761
Ações do capital social	17.449	17.449
Lucro líquido por ação do capital social	2,14	2,05

b) Reserva de lucros

(i) Reserva Legal

É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 22.557 (mesmo saldo em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Incentivo fiscal estadual: Programa criado pelo estado do Mato Grosso do Sul por meio do Artigo. 3 da Lei nº 4.049 de 30 de junho de 2011, que por meio do Termo de acordo 687 de 25 de novembro de 2011 concedeu a Companhia o benefício fiscal de crédito presumido de ICMS incidente sobre as operações de saídas interestaduais realizadas com álcool etílico anidro combustível, álcool etílico hidratado combustível, e álcool não qualificado como combustível, este último quando destinado a estabelecimento industrial. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado foi de R\$ 411.965, e R\$ 373.823 em 31 de dezembro de 2024. Ainda, em 31 de dezembro de 2025 existe o montante de R\$ 26.322 a reconstituir com lucros futuros.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo imobilizado, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação realizada no exercício de 2010. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.454 (R\$ 7.270 em 31 de dezembro de 2024).

d) Dividendos

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2025, os acionistas deliberaram sobre a destinação do saldo remanescente dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o qual foi transferido para a rubrica Dividendos a Pagar, no montante de R\$ 65.822.

No exercício social de 2025, não houve pagamento de dividendos, permanecendo o referido montante registrado no passivo da Companhia.

21. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta	557.035	501.931
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	(61.147)	(76.036)
Incentivos fiscais sobre venda	37.737	63.318
Deduções de vendas	(1.239)	(1.265)
	(24.649)	(13.983)
Receita operacional líquida	<u>532.386</u>	<u>487.948</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A seguir apresentamos a composição analítica da receita bruta:

Tipo de receita	2025	2024
Álcool anidro	53.377	150.769
Álcool hidratado	288.119	333.696
Açúcar VHP	212.626	12.015
Cana de açúcar	424	1.637
Outras vendas	2.489	3.814
	<u>557.035</u>	<u>501.931</u>

22. Custos dos produtos vendidos

	2025	2024
Álcool anidro	(39.419)	(93.449)
Álcool hidratado	(172.911)	(204.270)
Açúcar VHP	(112.460)	(12.348)
Cana de açúcar	(106)	(423)
Perda de estoque	(2.048)	(1.295)
	<u>(326.944)</u>	<u>(311.785)</u>

23. Despesas com vendas

	2025	2024
Fretes sobre vendas	(33.256)	(24.247)
Comissões e corretagens sobre vendas	(784)	(1.150)
Despesas com materiais de uso e consumo	(56)	(33)
Despesas com depreciação e amortização	(97)	(88)
Despesas tributárias	(262)	(29)
Multas contratuais	(2.819)	-
Demais despesas	(299)	(162)
	<u>(37.573)</u>	<u>(25.709)</u>

24. Despesas administrativas e gerais

	2025	2024
Despesas de ociosidade (industrial e agrícola)	(16.998)	(21.790)
Serviços prestados por terceiros	(11.456)	(19.169)
Despesas com materiais de uso e consumo	(2.173)	(2.462)
Despesas com depreciação e amortização	(1.223)	(812)
Demais despesas	(1.135)	(743)
	<u>(32.985)</u>	<u>(44.976)</u>

25. Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários e ordenados	(9.980)	(8.977)
Programa de participação nos resultados	(2.513)	(1.002)
Honorários de diretoria	(3.914)	(4.558)
FGTS	(922)	(863)
INSS	(1.456)	(1.514)
Processos trabalhistas	(35)	(7)
Provisões férias, 13º salário e encargos	(2.130)	(1.852)
Outras despesas com pessoal	(4.624)	(4.552)
	<u>(25.574)</u>	<u>(23.325)</u>

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

26. Outras receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Crédito de descarbonização (CBIO)	8.059	16.431
Resultados com alienações do ativo imobilizado, líquidas	861	1.014
Reversão de provisões	1.736	239
Outras receitas	5.361	14.073
	<u>16.017</u>	<u>31.757</u>
Outras despesas operacionais		
Provisões para perdas	(2.028)	(4.978)
Outras despesas	(2.507)	(232)
	<u>(4.535)</u>	<u>(5.210)</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	<u>11.482</u>	<u>26.547</u>

27. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos recebidos de aplicações financeiras	2.743	4.029
Variações incorridas em aplicações financeiras, líquidas	15.139	10.505
Descontos financeiros obtidos	1.181	1.252
Juros recebidos e auferidos	357	2.794
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(981)	(759)
	<u>18.439</u>	<u>17.821</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(59.225)	(36.455)
Juros e multas sobre tributos e parcelamentos	(1.647)	(2.053)
Juros passivos	(72)	(2.722)
Descontos financeiros concedidos	(258)	(43)
Resultado líquido em operação de hedge	(138)	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	(47.816)	(35.080)
Outras despesas financeiras	(893)	(842)
	<u>(110.049)</u>	<u>(77.195)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(91.610)</u>	<u>(59.374)</u>

28. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

Ativos financeiros	Nota explicativa	2025	2024	Classificação
Caixa e bancos	4	2.604	3.733	(i)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	11.761	11.897	(ii)
Aplicações financeiras	5	107.674	162.952	(ii)
Contas a receber	6	9.277	8.640	(i)
Partes relacionadas	11	1.706	1.706	(i)
		<u>133.022</u>	<u>188.928</u>	
Passivos financeiros				
Fornecedores	15	44.044	55.770	(iii)
Arrendamentos a pagar	13	306.597	272.915	(iii)
Empréstimos e financiamentos	16	357.448	336.195	(iii)
Partes relacionadas	11	41.424	30.606	(iii)
		<u>704.748</u>	<u>695.486</u>	

Classificação

- (i) Ativo ao custo amortizado;
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado;
- (iii) Passivo ao custo amortizado.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço dos produtos;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Risco de preço dos produtos

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a Administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

d) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamentos e partes relacionadas. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes e partes relacionadas é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada a seguir:

Ativos financeiros	Nota explicativa	2025	2024
Caixa e bancos	4	2.604	3.733
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	11.761	11.897
Aplicações financeiras	5	107.674	162.952
Contas a receber	6	9.277	8.640
Partes relacionadas	11	1.706	1.706
		<u>133.022</u>	<u>188.928</u>

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge a partir da possibilidade de a Companhia não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Companhia derivam dos acionistas, do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

ENERGÉTICA SANTA HELENA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita, o capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

	2025		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	2.604	2.604	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.761	11.761	-
Aplicações financeiras	107.674	107.674	-
Contas a receber	9.277	9.277	-
Partes relacionadas	1.706	-	1.706
	<u>133.022</u>	<u>131.316</u>	<u>1.706</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	44.044	39.616	4.428
Arrendamentos a pagar	306.597	32.024	274.573
Empréstimos e financiamentos	357.448	29.747	327.701
Partes relacionadas	41.424	-	41.424
	<u>749.513</u>	<u>101.387</u>	<u>648.126</u>
2024			
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	3.733	3.733	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.897	11.897	-
Aplicações financeiras	162.952	162.952	-
Contas a receber	8.640	8.640	-
Partes relacionadas	1.706	-	1.706
	<u>188.928</u>	<u>187.222</u>	<u>1.706</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	55.770	46.729	9.041
Arrendamentos a pagar	272.915	36.239	236.676
Empréstimos e financiamentos	336.195	27.824	308.371
Partes relacionadas	30.606	-	30.606
	<u>695.486</u>	<u>110.792</u>	<u>584.694</u>

f) Risco de taxas de juros

Oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado e sua situação.

g) Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	898.540	784.756
(-) Caixa e equivalente de caixa	(14.365)	(15.630)
Passivo líquido (A)	884.175	769.126
Total do patrimônio líquido (B)	553.760	582.256
Relação passivo líquido sobre capital ajustado (A)/(B)	1,60	1,32

h) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

29. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseado nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.